

## **A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUIVISTA: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos**

Irany Rodrigues Barbosa<sup>1</sup>  
Kleane Pâmela dos Santos Franklin<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho faz uma abordagem a cerca da função social do arquivista sobre a inclusão e acessibilidade nos arquivos e tem como objetivo de investigar a aplicação da temática da inclusão social e a acessibilidade nos arquivos de usuários com limitações. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa a qual a questão da pesquisa faz o seguinte questionamento: Afinal como pode existir uma sociedade da informação na inexistência de uma cultura informacional? São reflexões ao longo deste trabalho que nos leva a um cenário de plena carência de debates e produções científicas voltadas para esta temática no contexto da arquivologia. Consultamos também trabalhos acadêmicos de áreas afins, a exemplo da biblioteconomia e tecnologia da informação, daí a constatação de que os profissionais arquivistas carecem de maior incentivo à qualificação para atender as demandas de usuários com limitações, seja física ou mental. Concluímos com a convicção que este trabalho possa trazer uma maior conscientização tanto para profissionais da informação a exemplo dos arquivistas e técnicos em arquivo como também para as instituições arquivísticas brasileiras a assumirem o seu papel social diante as barreiras existentes para o público com necessidades especiais.

**Palavras-Chave:** Arquivistas. Inclusão. Acessibilidade. Usuários da informação.

## **THE SOCIAL ROLE OF ARCHIVIST: an approach to inclusion and accessibility in archives**

**ABSTRACT:** The present work makes an approach within the social function of archivist on inclusion and accessibility in the archives and has as objective to investigate the implementation of the theme of social inclusion and accessibility of users with limitations to files. It was used the methodology of bibliographical research with a qualitative approach where the issue of research makes the following question: After all how can there be an information society in the absence of a culture of information? Are reflections throughout this work that leads us to a scenario of complete lack of debates and scientific production focused to this theme in the context of archivology. We also consulted academic papers of related areas, such as the librarianship and information technology, hence the fact that the professionals archivists need of greater encouragement to the qualification to meet the demands of users with limitations, be physical or mental. We conclude with the conviction that this work can bring a greater awareness for information professionals the example of archivists and technicians on archives as well as to Brazilian archives institutions to assume their social role before of the barriers to the public with special needs.

**Keywords:** Archivists. Inclusion. Accessibility. Information users.

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquivologia Pela Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB). Pós graduanda Em Gestão de Patrimônio Cultural pela Faculdade Maurício de Nassau (NASSAU). [Irany.iris@gmail.com](mailto:Irany.iris@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). [kleanefranklin@gmail.com](mailto:kleanefranklin@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia há décadas devido a Tecnologias da Informação vem passando por mudanças ou atualizações, e com as exigências dos usuários da informação que se tornaram cada vez mais seletivos. E conseqüentemente, como o dever principal do arquivista não é só gerir as informações mais também torná-la acessível a quem necessita independente de suas limitações.

Outro motivo que tem imposto mudança nos arquivos, e que tem exigido mais transparência e agilidade no acesso às informações, é a Lei de Acesso a Informação (LAI) nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011, tal lei estabelece prazos a serem cumpridos pelo arquivista e pela instituição, a fim de garantir aos usuários da informação mais agilidade na obtenção da documentação ou informação desejada.

Esse serviço de prestação de informação é uma atividade versátil em que é necessário atender a vários perfis de usuário, e a uma demanda crescente de solicitações, “sem restrição de cor, raça, status social, possíveis limitações” seja deficiência física, ou idade avançada, “pois a informação é um direito de qualquer cidadão que dela procura e/ou necessita” (OLIVEIR; ALVES; MAIA, 2013, p. 2).

E é por este motivo que se deu a escolha da temática envolvendo a inclusão social e a acessibilidade nos Arquivos, tendo em vista sua importância na atualidade, e por conter ainda pouca literatura que aborde o assunto na área da Arquivologia. Apesar de o assunto ser algo contemporâneo, porém, não necessariamente novo, mas que precisa de dedicada atenção. Apesar disso, esses temas são bem discutidos em outras áreas da Ciência da Informação como a Biblioteconomia, Museologia e Tecnologia da Informação.

Quando falamos em inclusão social muitas coisas vem à mente, como a inclusão das pessoas de baixa renda a algum programa social do governo, a inclusão de pessoa para ter acesso à educação. Mas, o que é realmente inclusão social? Moreira (2006, p. 11) menciona que,

pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas [...] também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente.

A inclusão também pode ser entendida como “à aceitação dos indivíduos do jeito que são perante a sociedade”, já a inclusão social “como um processo de inserção de pessoas com

algum tipo de deficiência no contexto da sociedade em geral, de modo que todos os indivíduos sejam tratados de forma igualitária” (OLIVEIRA; ALVES; MAIA; 2013, p. 3).

Além disso, é a inclusão social que possibilita aos cidadãos terem a chance de obter “conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento que lhe dê condições de entender o seu entorno, de ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e de atuar politicamente com conhecimento de causa” (MOREIRA, 2006, p. 11).

O acesso à informação além de ser um direito dado a cada cidadão é uma garantia afirmada pela Constituição Federal Brasileira (1988), que estabelece que independente das diferenças econômicas, físicas e mentais, “todos são iguais perante a lei”. E é com este direito que foi adquirido por todos os cidadãos que o arquivista tem de lidar, ao fornecer condições necessárias para que todos os usuários, independente de suas limitações ou dificuldades, tenham um bom atendimento e a estes sejam disponibilizadas as informações desejadas.

Há muito que se faz para tornar efetivo o acesso de pessoas com determinadas limitações aos arquivos brasileiros, melhorias tanto físicas de acesso e espaço de locomoção, como intelectual a fim de garantir que a informação desejada seja disponibilizada com sucesso para pessoas que necessitam de atendimento especial, como por exemplo, usuários deficientes visuais e auditivos.

## **2 METODOLOGIA**

Atualmente pode-se observar a ampliação e inserção dos arquivistas no mercado de trabalho tanto através de aprovação em concurso público e sua inserção também nas instituições privadas. Diante disto, os arquivistas como profissionais da informação precisam está antenados nas barreiras informacionais tidas em seus locais de trabalho, a fim de prestar um atendimento eficiente e eficaz, a seus usuários inclusive os que possuem limitações físicas ou mentais.

Desta forma, para realização desse trabalho foi utilizado o levantamento bibliográfico de literaturas que abordam a temática delimitada, com o objetivo de investigar a aplicação da temática da inclusão social e a acessibilidade nos arquivos de usuários com limitações. A abordagem utilizada foi à qualitativa, que segundo Ribeiro (2008), tenta compreender os significados e as características apresentadas em uma determinada situação real e natural e é cheio de informações descritivas.

Assim, buscou-se levantar várias publicações da temática da inclusão social e a acessibilidade com o objetivo de averiguar se essa temática tem sido utilizada e explorada na área da Arquivologia tendo em vista a importância da aplicação desses temas no dia a dia dos

arquivos. Tendo em vista que deve ser de interesse dos arquivistas atender com destreza e adequadamente a usuários com limitações quaisquer que sejam com o objetivo de aplicar em suas instituições a inclusão e acessibilidade de todos que necessitem de atendimento especial.

Apesar da pouca abordagem deste tema, relacionado e aplicado aos arquivos, utilizou-se como base, literaturas de áreas afins como a biblioteconomia e tecnologia da informação, tendo em vista a similaridade em alguns pontos com a atuação do arquivista que também se enquadra como profissional da informação. Assim, se buscou adequar ações aplicadas a Biblioteconomia e a áreas a fins a Arquivologia, com o objetivo de melhorar o desempenho desse profissional no atendimento a usuários com limitações e adaptando seu ambiente de trabalho para uma maior comodidade de seus usuários.

Para abordar o tema da inclusão social e a acessibilidade utilizamos, entre outros, os trabalhos de Oliveira, Alves e Maia (2013); Moreira (2006); Marcolino e Castro Filho (2014); Ribeiro e Leite (2001); Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002); Sanches Neto (2011).

### **3 A IMPORTANTE TAREFA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM LIMITAÇÕES NOS ARQUIVOS**

Ainda há uma carência de estudos sobre a importância da versatilidade dos arquivistas nas questões da inclusão e acessibilidade aos usuários deficientes com limitações físicas ou mentais e até a terceira idade, além de pouca literatura abordar o assunto, na prática pouco se vê a aplicação da teoria de acessibilidade e inclusão social desses usuários na realidade dos arquivos.

O arquivo que prima pela inclusão social deve ter um atendimento que acolhe a todos sem distinção em um espaço destinado a informação, por meio da interação do arquivista com os usuários da informação. Pois, assim como é “função social do profissional bibliotecário numa biblioteca inclusiva” contribuir para que a biblioteca seja um “ambiente informacional” e de ter a responsabilidade de “construir bibliotecas cada vez mais inclusivas com atendimento igualitário a todos, independente das limitações e especificidades de cada usuário” (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, p. 3), Deve ser também aderido esta função social pelo profissional arquivista, e que haja isso exposto também nos manuais e recomendações da área arquivística.

Um dos trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica, que aborda o tema da inclusão social, aplicado à biblioteca foi realizado pelas autoras Oliveira, Alves e Maia (2013), mostra a importância da biblioteca inclusiva que possui uma dada similaridade com a arquivologia e também pode ser adaptada e aplicada aos arquivos. Neste trabalho as autoras

apontam que para promover uma biblioteca inclusiva é necessário não ter preconceito de classe social, cor, limitações e assim por diante, e realizar atividades que integrem a sociedade a biblioteca.

Interessante notar que as atividades de integração da sociedade também podem ser desenvolvidas pelos arquivos, também chamada de difusão cultural, com o propósito de melhorar o atendimento aos usuários e tornar a busca pela informação nos arquivos algo agradável e atrativo para todos os usuários, independente de idade ou limitações. A respeito disto, as autoras Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002, p. 2) mencionam que “a premissa é que a rede, a informação e o conhecimento devem ser acessíveis a todos, independentemente de raça, nacionalidade, gênero, local, ocupação ou *status* social”.

Disponibilizar a informação a todos é essencial, pois,

Permitir a todos o acesso a informação é crucial para o desenvolvimento individual e coletivo do cidadão, e o caminho a ser percorrido para capacitar o cidadão ao uso crítico da informação é uma tarefa que as escolas, as universidades e todos os tipos de bibliotecas, públicas, universitárias e outras, devem assumir. Preparar os cidadãos para a sociedade da informação constitui tarefa prioritária para o governo, as organizações e seus profissionais (TARAPANOFF, SUAIDEN, OLIVEIRA, 2002, p. 3).

Para isto, temos o arquivista com o papel de mediador entre os softwares, as tecnologias e o entendimento real da necessidade dos usuários da informação, para garantir uma boa comunicação que contribui para encontrar a informação desejada e alcançar a satisfação informacional do usuário. Afinal como pode existir uma sociedade da informação na inexistência de uma cultura informacional? Além de que “estar bem informado é essencial para se exercer os direitos de cidadão e que um dos determinantes da exclusão moderna é não estar bem informado” (TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p. 3).

Tendo em vista que o objetivo dos arquivos são garantir um espaço livre de barreiras informacionais e arquitetônicas, só assim poderemos dizer que um arquivo possui um atendimento igualitário a todo e qualquer usuário da sociedade aos serviços de informação de acordo com suas necessidades. Dessa forma o arquivista agirá de modo versátil e se certificará de seu compromisso social e transformador, pois sua responsabilidade vai mais além que simplesmente arquivar documentos, tendo como atividade indissociável propiciar através dos documentos conhecimento, informações e garantias de adquirir direito através dos documentos e serviços disponibilizados (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013).

### 3.1 A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS

Para adentrar no contexto dos arquivos e suas barreiras físicas e informacionais é preciso refletir e transpassar as questões legais do direito é preciso mais do que isto adquirir uma consciência e responsabilidade social e ética, para com os usuários dos arquivos. Sabemos que as leis existem que foram alcançadas por meio de muita luta, mas que na prática falta aplicabilidade, pois faltam recursos, faltam equipamentos, falta capacitação, falta preparo, mas a pior de todas as faltas é a da consciência e respeito.

De acordo com as recomendações para construção de arquivos, elaborado pelo CONARQ (2000, p.9)

Será indispensável um acesso independente para o público, impedindo a sua circulação pelas áreas do depósito e trabalho. Em todo o percurso de acesso e circulação é fundamental que estejam incluídas as facilidades para deficientes físicos, tais como portas largas, rampas e corrimãos.

Sabemos que no Brasil temos na maioria dos estados arquivos públicos estaduais e municipais, além dos centros de documentações e arquivos históricos como também os privados de interesse social. Muitos dos edifícios no qual estão localizados estes arquivos são prédios tombados e por isto requer maior orientação por menores para solucionarem os problemas relacionados as barreiras arquitetônicas.

## **4 O COMPROMISSO ÉTICO E PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA FRENTE À INCLUSÃO SOCIAL E A ACESSIBILIDADE**

O profissional arquivista vem passado por várias desafios em sua área de atuação, como transformações tecnológicas constantes envolvendo softwares modernos, uso de novos recursos informáticos impulsionado pelo surgimento de novas ferramentas que facilita a gestão da informação, aumento da demanda informacional tanto física como digital, divulgação de informações pela internet em tempo real, que “ficam sob responsabilidade do profissional da informação a capacidade de absorver, filtrar, organizar, analisar e disseminar essa informação de acordo com o cenário no qual está inserido” (OLIVEIRA, ALVES, MAIA, 2013, p. 7).

Observamos no atual cenário o crescente número de arquivistas ingressando no mercado de trabalho, e é importante o preparo desses para lidar com atividades próprias como gestão documental, softwares de gestão da informação física e digital, e os vários tipos de usuários querem sejam os internos como os externos com limitações ou não. A preocupação

de tal profissional deve ser não apenas com a disponibilização da informação em tempo real, pois antes desse processo antecede a compreensão da solicitação do usuário e extrair sua real necessidade através de um bom atendimento.

Assim, o arquivista “deve estar atento e preparado para responder as novas exigências da sociedade, principalmente pela diversidade de informação, notícias, necessidades informacionais e especificidade de cada ser humano”. Nesse sentido, se enquadram as temáticas da inclusão e a acessibilidade, que é a informação disponibilizada a todos independente de qual seja sua limitação, quer seja visual, auditiva, mental assim por diante. Essa temática aborda questões como mencionado desde o local físico adequado até o atendimento adequado do arquivista as pessoas com necessidade especiais que possuem alguma limitação física ou mental e a terceira idade, pois muito mais importante do que a quantidade de documentos e informações geridas é a qualidade delas (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, p. 7).

Tais profissionais quando começam a atuar no mercado de trabalho muitas vezes tem pouco ou nenhuma experiência no atendimento desta classe de usuários mencionada. Nesse contexto, adentra a necessidade de busca pelo aperfeiçoamento e qualificação profissional, tendo em vista que o arquivista precisa ter uma consciência profissional de ser preocupar com tais usuários que dependem de atendimento adequado a suas limitações. A necessidade dessa qualificação profissional do arquivista independe do órgão ter ou não como público-alvo esses usuários.

Além disso, a qualificação deve ser buscada independe do incentivo da instituição ou órgão, no caso das instituições privadas, em alguns casos, cabe ao profissional buscar se aperfeiçoar de forma independente, já nas instituições públicas, algumas possuem incentivo a qualificação e isso facilita para os profissionais que nelas atuam, pois nesse caso, a instituição arca com os gastos para que seus profissionais se aperfeiçoem.

Assim, é de vital relevância para o bom desempenho profissional do arquivista que independente da existência do incentivo a qualificação este busque se qualificar e se aprimorar, visto que é essencial que o servidor público como agente social, atenda a todos independente de suas limitações físicas ou mentais e é impreterível ao profissional da informação buscar trabalhar com a inclusão social e acessibilidade dentro dos arquivos.

O arquivista tem como compromisso profissional dá acesso à informações que é um elemento de “maior importância para a realização pessoal e profissional de qualquer indivíduo” (RIBEIRO; LEITE, 2001, p. 1)

Apesar da legislação e do conjunto de normas disponíveis, observa - se que a maioria dos espaços de atendimento aos públicos construídos não atendem às necessidades da

acessibilidade de maneira eficaz. Poucas são as edificações acessíveis existentes. Sabe-se que toda e qualquer ideia ou projeto deve ser desenvolvido respeitando o conceito “acessibilidade para todos”.

#### 4.1 ARQUIVO INCLUSIVO

Por meio da literatura levantada constatamos uma variedade considerável de trabalhos realizados com a temática de “biblioteca inclusiva”, isso comprova que o assunto já há algum tempo vem sendo debatido na área da Biblioteconomia. Também se constatou trabalhos na área de Tecnologia da Informação que abordam o tema da “inclusão digital”, tema bem conhecido e discutido.

E na área da Arquivologia detectamos alguns trabalhos referente a acessibilidade, até pelo fato de existirem manuais que abordam sobre a questão da construção de Arquivos que auxiliam na temática. Também encontramos poucos trabalhos que abordam a questão da inclusão social, esses quando tratavam da inclusão abordavam apenas um tipo de usuário, como por exemplo, usuário com deficiência visual apenas.

Essa constatação mostra a carência na área da arquivologia de trabalhos que abordem a inclusão social ao arquivo de todo e qualquer usuário com limitação, também não foi encontrado trabalhos com o termo “arquivo inclusivo”, isso mostra a limitação da discussão da temática nos arquivos. Assim, sabemos que ainda há muito que se fazer, para tornar os arquivos ainda mais atrativos para todos independente de classe social, educação, limitação física ou mental, como menciona os autores Sanches Neto (2011) e Oliveira, Alves e Maia (2013).

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área da arquivologia está em plena expansão, devido à quantidade de cursos ofertados em vários lugares do Brasil, sem entrar no mérito de mensurar o crescimento por vários outros países. Mesmo assim, ainda há muito que se discutir a respeito da implementação de uma inclusão plausível nos arquivos que abarque não apenas as barreiras arquitetônicas, mas também as informacionais, chegando a capacitação de profissionais que atendam os usuários com qualquer tipo de limitação.

Talvez isso se dê pela triste realidade de que em muitos casos os arquivos nas instituições não têm muita visibilidade, e contam com limitados investimentos para atividades básicas como a organização e quem dirá com atividades complementares.



E nesta situação o arquivista enquanto gestor precisa ser o mediador entre os usuários e a informação desejadas dentro de suas poucas condições de trabalho, e mesmo com as dificuldades financeiras do setor que muitas vezes existe realizar o importante papel de “desenvolve um papel fundamental para acabar com a exclusão digital e a falta de acesso à informação” (TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p. 10).

Na atual sociedade moderna é ofertados vários campos para os profissionais atuarem, onde esses precisam de

característica a habilidade de lidar com a informação e o conhecimento, gerando novas informações e novo conhecimento com valor agregado, bem como trabalhar com o indivíduo, “animando-o” a participar da construção desta sociedade e de exercer a sua cidadania (TARAPANOFF, SUAIDEN, OLIVEIRA, 2002, p. 10).

Além de investimento para aperfeiçoamento do arquivista, que precisa ser a frente de seu tempo a fim de atender a todos com limitações e possuir condições cognitivas para extrair o que seu usuários necessita. “O moderno profissional da informação deve apresentar um perfil capacitado para acompanhar as mudanças na sociedade à qual pertence.” (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014, p. 20).

Através do aperfeiçoamento o arquivista aprenderá a lidar com documentos específicos como braile, documentos em DVD e cd para atender aos usuários com deficiência auditiva, assim por diante. Assim, aos arquivistas e a outros profissionais da informação “caberá dar atenção a todos, em especial às pessoas com deficiência, desenvolver atividades de mediação apropriadas para cada público, para que todos se sintam familiarizados com o ambiente”. (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014, p. 21).

Necessitamos de um debate afínco a cerca desta temática tão relevante, pois se estamos em plena vivência do acesso a informação e transparência publica, precisamos cada vez mais ampliar este acesso a todos, principalmente aqueles com limitações, e a inclusão, capacitação e principalmente a conscientização por parte daqueles que estão à frente das demandas informacionais é de suma importância.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI DE ACESSO Á INFORMAÇÃO. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para a construção de arquivos.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2000.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro ; CASTRO FILHO, C. M. . BIBLIOTECA ESCOLAR E OS USUÁRIOS ESPECIAIS: O profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **Biblos**, v. 28, N. 2, p. 9-26, 2014.

MOREIRA, Ildeu de Castro. **A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil.** Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, abr./set. 2006. Disponível em: <http://poseducacaoifbaiano.com.br/wp-content/uploads/2014/11/MOREIRA-I.-C.-A-inclus%C3%A3o-social-e-a-populariza%C3%A7%C3%A3o-da-ci%C3%Aancia-e-tecnologia-no-Brasil.pdf> . Acesso em: 09 jun. 16.

OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno de; ALVES, Márcia Valéria; MAIA, Maria Aniolly Queiroz. A função social do profissional da informação numa biblioteca inclusiva. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, v. 5, 2013. Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/anais/article/view/1600>. Acesso em: 08 Jun 16.

RIBEIRO, Alice; LEITE, João. Contributos para um Conceito de “Bibliotecainclusiva”. In: **CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS**, 7., 2001, Porto. Anais...Porto, 2001. Disponível em: [http://www.web.letras.up.pt/jleite/comunicacao\\_bib\\_inc.htm](http://www.web.letras.up.pt/jleite/comunicacao_bib_inc.htm). Acesso em: 22 jun. 2016.

RIBEIRO, Elisa Antonia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**, Araxá, n. 4, p. 129-148, 2008.

SANCHES NETO, Asy Pepe. Biblioteca social: atividades biblioteconômicas voltadas para fazer do acesso à informação um meio de inclusão social. In: **Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação**, XIV, 2011, Universidade Federal do Maranhão, Os novos campos da profissão da informação na contemporaneidade. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/BIBLIOTECA%20SOCIAL%20atividades%20bibliotecon%C3%B4micas%20voltadas%20para%20fazer%20do%20acesso%20%C3%A0%20informa%C3%A7%C3%A3o%20um%20meio%20de%20inclus%C3%A3o%20social.pdf> Acesso em: 16 jun. 2016.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1, out. 2002.